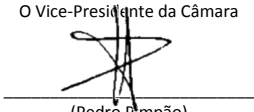




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

CONCURSO PÚBLICO


**CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PEÇAS E
ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE
VEÍCULOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação da aquisição de materiais (peças e acessórios) e prestação de serviços de reparação de veículos propriedade da Câmara Municipal de Loulé, conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

ARTIGO 3º

PRAZO E REGIME DO FORNECIMENTO

1- O contrato vigora desde a data da sua celebração, até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou até ao final 2019, consoante o que ocorra em primeiro lugar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

2- Caso o valor total do contrato não seja atingido durante o prazo de vigência deste, pode a Câmara Municipal de Loulé, por acordo entre as partes, proceder à sua prorrogação até se atingir o limite máximo de faturação.

3- Os serviços objeto do presente concurso destinam-se a assegurar o bom funcionamento das viaturas, propriedade da Câmara Municipal de Loulé, que carecem de serviços de manutenção e reparação ou peças homologadas pelo fabricante de veículos MAN (ou equivalente).

4- O prestador de serviços deverá assegurar todos os meios e infraestruturas necessárias para que a execução dos serviços ocorra sem quaisquer constrangimentos de tempo e operacionalidade, bem como todas as condições de acesso e estacionamento das viaturas que careçam de intervenção.

5- Os serviços de manutenção e assistência técnica automóvel serão prestados nas oficinas do prestador de serviços.

6- As instalações oficiais do prestador de serviços deverão ter condições de segurança para parquear as viaturas da Câmara Municipal de Loulé que estejam a ser objeto de reparação.

7- Em caso algum os veículos da Câmara Municipal de Loulé poderão ficar estacionados ou parqueados fora das instalações do prestador de serviços para além do horário de funcionamento, ou em quaisquer circunstâncias contrárias à legislação em vigor, sendo-lhe imputada total responsabilidade por tais factos.

8- A segurança das viaturas, bem como todos e quaisquer danos que venham a ser detetados depois da entrega das viaturas nas instalações do prestador de serviços, serão da sua inteira responsabilidade.

9- As oficinas devem estar preparadas com todas as ferramentas e equipamentos necessários ao diagnóstico de avarias e reparação dos veículos.

10- O prestador de serviços é responsável perante a Câmara Municipal de Loulé, por qualquer defeito ou discrepância do material objeto do contrato no momento em que o material lhe é entregue.

11- Após a reparação do veículo a oficina deve:

- a) Comunicar a conclusão da reparação à entidade adjudicante;
- b) Efetuar uma descrição sumária da reparação efetuada, com indicação dos materiais aplicados na reparação;
- c) Entregar cópia de documento de receção ao elemento que receciona o veículo.

12- São da responsabilidade do adjudicatário todos os procedimentos relacionados com recolha, transporte e entrega dos veículos nas instalações Municipais sitas no Parque de Serviços Urbanos da Franqueada (Coordenadas 37°07'06.19"N 8°02'37.27"O), assim como, todas as despesas associadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

13- As peças a aplicar devem ser previamente aprovadas pela entidade adjudicante (serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé).

14- Durante a vigência do contrato pode a entidade contratante solicitar quantidades de bens superiores ao previsto no mapa de quantidades no respectivo item, desde que em caso algum se ultrapasse o montante total do contrato.

ARTIGO 4º

GARANTIA TÉCNICA

1- Nos termos propostos e da legislação aplicável, o prestador de serviços garantirá a conformidade dos serviços prestados e dos bens envolvidos no objeto do contrato, sem qualquer encargo para o contraente público, pelo(s) prazo(s) indicado(s) na sua proposta, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, e que se venham a revelar a partir da respetiva aceitação do bem.

2- No prazo máximo de um mês, a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância nos serviços prestados, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação ou substituição

3- São excluídas da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem da má utilização, negligência da entidade adjudicante ou de utilização abusiva, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros e de casos fortuitos ou de força maior.

4- Em caso de anomalia detetada no objeto do fornecimento, o prestador de serviços compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

ARTIGO 5º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar todos os serviços, incluindo a substituição das peças e acessórios, nos termos definidos na sua proposta;
- b) Entregar os bens nas instalações da entidade adjudicante;
- c) Garantir a boa execução dos trabalhos e a qualidade das peças e acessórios utilizados na prestação do serviço;
- d) Resolução e reparação de quaisquer problemas no âmbito dos serviços contratados e, no caso das peças e acessórios, a substituição dos mesmos sempre que apresentem anomalias ou defeitos, no mais curto espaço de



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

tempo (prazo máximo de 12 horas, entre a comunicação da entidade adjudicante e a intervenção/regularização de qualquer avaria ou anomalia, salvo situações circunstanciais devidamente justificadas;

e) Substituir os bens rejeitados que tenham sido objeto de mal identificação, com defeito de fabrico ou outro imputado ao adjudicatário, no prazo igual ou inferior ao referido na proposta;

f) Obrigação de prestar o serviço ou substituir os bens no menor intervalo de tempo possível, sempre que a entidade adjudicante requisite, ao abrigo das garantias ou obrigações contratuais da entidade adjudicatária;

g) Mencionar os códigos dos bens fornecidos nas faturas, em concordância com os constantes na base de dados do adjudicatário e respetiva tabela de preços, o número da requisição, o da guia de entrega e a identificação do ponto de venda, com vista a permitir o controlo/verificação de execução do contrato;

h) Para efeitos de verificação e controlo, o adjudicatário deverá fornecer, após outorga de contrato, a listagem de artigos próprios que se propõe fornecer, em formato digital, com a indicação dos preços de venda ao público;

i) A listagem mencionada na alínea anterior deverá permitir a fácil consulta, através da pesquisa por código de produto;

j) O adjudicatário só poderá fornecer os bens, quando tenham sido requisitados pela entidade adjudicante, devendo juntar cópia da requisição a cada fornecimento e a respetiva guia de transporte ou documento que a substitua, com a indicação dos preços e a percentagem de desconto a efetuar.

l) Independentemente, do previsto nas alíneas anteriores, o fornecedor deverá submeter à aprovação prévia um orçamento discriminativo dos serviços a executar e das peças a incorporar no âmbito desse serviço, com a especificação dos preços unitários.

m) A reparação só poderá ter início após aprovação da Câmara Municipal de Loulé do respetivo orçamento.

ARTIGO 6º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- As peças a aplicar devem ser previamente aprovadas pela entidade adjudicante (serviços do município).


3- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

4- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

5- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

6- A entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procederá às inspeções quantitativas e qualitativas dos bens requisitados, no sentido de verificar a sua conformidade.

7- Nos casos em que a inspeções, referidas no ponto anterior, comprovarem inconformidades nos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante deverá informar o adjudicatário por escrito.

8- No prazo igual ou inferior ao prazo de entrega proposto, o adjudicatário deverá proceder às substituições dos bens que revelem inconformidades.

9- Após a realização das substituições solicitadas, a entidade adjudicante voltará a executar os procedimentos mencionados na cláusula anterior.

ARTIGO 7º

SIGILO

1- O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

ARTIGO 8º

PREÇO CONTRATUAL

1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

ARTIGO 9º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades requisitadas e fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após o Município de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.
- 3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

ARTIGO 10º

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante poderá exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Nos casos de incumprimento do prazo de entrega ou de substituição, isto é, nos casos em que a entrega ou a substituição dos bens se realize para além do prazo proposto e que foi aceite nos termos do contrato, será de 1% por cada dia de atraso até ao limite de 20% do valor do contrato, prazo a partir do qual a situação será considerada grave;
 - b) Pelo incumprimento dos prazos definidos nas cláusulas deste caderno de encargos, para execução das prestações, até 5% do valor das faturas, por pagar;
 - c) Se a situação for classificada de “grave” haverá lugar à rescisão do contrato sem quaisquer ónus ou encargos para a entidade pública contratante;
 - d) Pelo incumprimento da garantia técnica de boa execução dos serviços, até 7,5% do valor das faturas, por pagar;
 - e) Caso sejam detetadas nas faturas valores de peças ou materiais multimarca com custo superior ao das peças de origem, a faturação respeitante à totalidade do mês anterior será sujeita a um desconto de 15% (quinze por cento) e, salvo se a entidade adjudicante decidir em contrário, consubstanciará justa causa e haverá lugar à rescisão contratual, denunciada com pré-aviso de 15 (quinze) dias.
 - f) Pelo incumprimento das orientações dadas pela entidade adjudicante, no âmbito dos seus poderes de direção e fiscalização (técnica, financeira e jurídica) do modo execução do contrato, até 10% do valor das faturas, por pagar;
 - g) Em caso de necessidade, para suprir os serviços em falta, poderá, a entidade adjudicante, adquirir a outro adjudicatário a prestação do serviço, ficando a diferença de preço, se houver, da responsabilidade do adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante poderá considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial.
3. A exclusão de futuros procedimentos poderá ser decidida para o adjudicatário que, pela sua conduta contratual irregular, afetem o normal funcionamento da Instituição ou prejudiquem o regular desenvolvimento dos processos de aquisição.
4. A acumulação das sanções pecuniárias, a que se referem os números anteriores, não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder a resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% do valor das faturas, por pagar.
6. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

ARTIGO 11º

FORÇA MAIOR

- 1- Não podem ser impostas sanções ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 12º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 13º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

2- Nos casos previstos na alínea *a)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 14º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 15º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 16º

PREÇOS BASE

O preço base do procedimento é de **€ 155.000,00** (cento e cinquenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

ARTIGO 17º


PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

O preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, quando este for 20% inferior à média dos preços apresentados nas propostas admitidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 18º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 20º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

1- ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO

Contratação da aquisição de materiais (peças e acessórios) homologados pelo fabricante MAN (ou equivalente) e prestação de serviços de reparação de veículos propriedade da Câmara Municipal de Loulé.

2- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS BENS

- 2.1- Os bens objeto do presente procedimento deverão respeitar integralmente as especificações técnicas para efeitos de aplicabilidade nos veículos a que se destinam.
- 2.2- As peças, acessórios e materiais a adquirir ao abrigo do presente procedimento, terão que ser novos, multimarca/linha branca ou de origem, certificados por norma portuguesa ou europeia.
- 2.3- Em sede de execução contratual, a entidade adjudicante, poderá adquirir peças e acessórios que não constem das listagens de amostra, inclusivamente peças ou órgãos reconicionados, desde que possuam a mesma garantia das peças novas e sejam solicitadas expressamente pela Câmara Municipal de Loulé.
- 2.4- O adjudicatário deverá ter capacidade para o fornecimento dos bens referidos no ponto 2 nos locais definidos pela entidade adjudicante, bem como de entrega dos mesmos no prazo proposto, nunca superior a 48 horas.

3- LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA DOS BENS

- 3.1- O adjudicatário será responsável pela entrega dos bens objeto do procedimento, dentro do prazo estabelecido na sua proposta, nas instalações identificadas pela entidade adjudicante.
- 3.2- Para efeitos de entrega dos bens, o adjudicatário deverá considerar a seguinte localização:
 - Parque de Serviços Urbanos da Franqueada (Coordenadas 37°07'06.19"N 8°02'37.27"O)

4- ESPECIFICAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO

- 4.1- Os serviços de manutenção e assistência técnica automóvel, serão prestados nas oficinas do prestador de serviços. No entanto, em casos excecionais, por iniciativa da entidade pública contratante e com o acordo do fornecedor a prestação do serviço poderá ser realizada nas Instalações da Oficina de Mecânica da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.
- 4.2- A colocação/distribuição de viaturas para reparação nas oficinas do fornecedor (próprias ou subcontratadas), constituirá uma prerrogativa da Câmara Municipal de Loulé, de acordo com a localização e a capacidade de resposta das mesmas, podendo solicitar a intervenção e participação ativa da firma adjudicatária sempre que tal se considere necessário.
- 4.3- As viaturas só deverão ser recebidas pela entidade contratada, quando devidamente acompanhadas do respetivo «Pedido de Reparação» elaborado pela Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas, enquanto serviço representante da Câmara Municipal de Loulé.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

4.5- Aquando da reparação das viaturas, o prestador de serviços fica obrigado a verificar se existem outras anomalias para além das mencionadas no respetivo «Pedido de Reparação». Caso sejam detetadas outras anomalias não especificadas, deve a firma adjudicatária informar, por escrito, através de e-mail (dato@cm-loule.pt), os serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.

4.6- Na informação do adjudicatário deve constar, se a anomalia detetada foi devida a uma utilização normal da viatura ou de ato negligente ou má utilização, bem como os custos inerentes à sua reparação.

4.7- O serviço só poderá ser efetuado pelo fornecedor, depois do serviço representante da Câmara Municipal de Loulé, aprovar o orçamento previamente emitido pelo prestador do serviço. Não poderão em caso algum ser reparados sem prévia autorização da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.

4.8- Os tempos estimados de mão-de-obra para reparação das viaturas não poderão ser superiores aos estipulados pelas respetivas marcas, de acordo com os tempos preconizados.

4.9- Dependendo do tipo de reparação e tendo em consideração a idade, tipo de viatura e serviço a que está afeta, deve ser equacionado e decidido se o material a aplicar deverá ser original ou não, pelo que em caso de dúvida, deverá ser solicitado esclarecimento aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé, porém em caso algum, as peças a aplicar poderão ter um custo superior ao custo das peças de origem.

4.10- Sempre que nas reparações as viaturas necessitem de pneus, estes serão fornecidos, em estado novo, pela Câmara Municipal de Loulé.

4.11- A entidade pública contratante poderá ainda fornecer peças e materiais em estado de novo, sempre que se verifique diferença de preço significativo e comprovado pela Câmara Municipal de Loulé junto da adjudicatária.

4.12- O fornecedor deverá guardar as peças substituídas nas reparações, por um período de 15 dias, a contar a partir da data de comunicação que a viatura se encontra pronta a ser levantada, podendo a Câmara Municipal de Loulé solicitar que estes materiais (peças) lhe sejam entregues.

4.13- Caso se verifique que as peças foram fornecidas pela Câmara Municipal de Loulé, o prestador de serviço não é obrigado a assegurar a garantia dessa reparação, no que diz respeito à peça (s) colocada (s) na reparação da viatura.

4.14- No ato de receção dos veículos a firma deve:


- a) Verificar o estado geral do veículo;
- b) Verificar os materiais e equipamentos que se encontram no seu interior;
- c) Elaborar uma “GUIA DE RECEÇÃO E ENTREGA DE VIATURA”, que deve ser assinada pelo elemento da Câmara Municipal de Loulé e pelo representante da firma presentes no ato de receção da viatura, com indicação dos elementos seguintes:

- i. Identificação do veículo;
- ii. Data da receção do veículo;
- iii. Confirmação da anomalia requisitada ou anotação de outras anomalias não identificadas;
- iv. Quilómetros registados;
- v. Quantidade aproximada de combustível em depósito;
- vi. Materiais e equipamentos no interior do veículo;
- vii. Outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

4.15- Remeter cópia deste registo por e-mail aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.

4.16- Após a reparação do veículo a oficina deve:

- a) Comunicar a conclusão da reparação aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé;
- b) Registrar os quilómetros atuais na folha de receção, data de entrega (devolução) e registo da quantidade de combustível na viatura;
- c) Descrição sumária da reparação efetuada, com indicação de todas as peças e materiais aplicados na reparação;
- d) Entrega de cópia da folha de receção ao elemento que procede ao levantamento do veículo;
- e) Em simultâneo, remeter cópia do mesmo expediente aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé, via e-mail dato@cm-loule.pt.

4.17- Nos casos estritamente necessários poderá o funcionário da oficina previamente autorizado pela Câmara Municipal de Loulé, efetuar a experiência de viaturas caracterizadas ou descaracterizadas no exterior das instalações, para o efeito, a circulação de viaturas em “experiência” na via pública”, deverá limitar-se ao espaço e tempo estritamente necessário, mas o utilizador terá que observar as regras de trânsito e demais legislação rodoviária em vigor, ficando por conta e responsabilidade da oficina reparadora e/ou condutor qualquer transgressão ou infração cometida, para além das consequências da aplicação de outras medidas que lhe possam vir a ser imputados, após avaliação da situação pelos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.

4.18- De acordo com o definido no número anterior, o prestador de serviços deverá fornecer aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé a identificação dos funcionários (“experimentadores”). A autorização a emitir pelos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé será efetuada num Cartão de Identificação pessoal e intransmissível, válido por um ano a partir da data da sua emissão, conforme modelo definido abaixo, que deverá acompanhar o veículo sempre que o funcionário se encontre no exercício das suas funções e em experiência de viaturas da Câmara Municipal de Loulé na via pública. A oficina compromete-se a devolver o cartão referido no número anterior imediatamente após a cessação da prestação de serviços à Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas da Câmara Municipal de Loulé.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)
**AUTORIZAÇÃO**

DECLARA-SE, para os devidos efeitos e de acordo com o estipulado no n.º 2, da Cláusula 7ª do Caderno de Encargos, relativo ao Concurso Público n.º ____/2018, que o Sr.

_____, empregado da Firma

_____, com sede em _____, portador da

Licença de Condução n.º _____ de ____/____/____, está AUTORIZADO a

conduzir viaturas da Câmara Municipal de Loulé, para efeitos de

REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO durante o processo de reparação a cargo da Oficina supra.

Loulé, ____/____/____

O Vereador

(.....)



Esta viatura é propriedade da Câmara Municipal de Loulé e está ao serviço da Divisão de

Endereço _____

Telefone _____

O presente cartão é válido durante a vigência do contrato n.º , a contar da data da sua assinatura

Assinatura do Titular

4.19- As viaturas caracterizadas que vão ser sujeitas a “experiência na via pública” de acordo com o definido nos números anteriores, devem obrigatoriamente ser identificadas através da colocação em local bem visível (para-brisas, vidro lateral ou óculo traseiro) de um dístico em formato A4, conforme modelo definido abaixo.



Logotipo do Prestador de Serviços


EXPERIÊNCIA NA VIA PÚBLICA

VEÍCULO PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

5- Verificação e aceitação da prestação

5.1- Executados os serviços e fornecimentos objeto do contrato, a Câmara Municipal de Loulé, caso considere necessário, poderá, por si ou através de terceiro por ele designado, proceder à verificação qualitativa e quantitativa da conformidade das prestações objeto do contrato, designadamente, se as mesmas correspondem aos requisitos técnicos e operacionais, e, às características e especificações, definidas nas cláusulas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

5.2- Na verificação a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar, à Câmara Municipal de Loulé ou seu representante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos técnicos necessários.

6- Condições para a execução das prestações

6.1- Os serviços objeto do presente concurso destinam-se ao universo de viaturas de marca MAN e outras.

6.2- Os serviços e fornecimento de peças e acessórios serão prestados por fornecedores que tenham capacidade técnica adequados à natureza das prestações objeto do contrato, nomeadamente:

- a) Recursos humanos, tecnológicos e de equipamentos, capazes de assegurar prestações de qualidade;
- b) Integração de sistemas de controlo de qualidade, em todas as valências especializadas (mecânica, eletricidade, pintura, bate-chapas, peças, etc.);
- c) Gestão ambiental no âmbito do contrato a celebrar (por exemplo: tratamento e recolha de óleos e outros resíduos nocivos ao ambiente).